

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.141.738 - MG  
(2017/0189519-0)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**AGRAVANTE : BRUNO VIEIRA**  
**ADVOGADOS : RODRIGO GERALDO SIMPLÍCIO DA SILVA -**  
**MG134626**  
**ANA CAROLINA SILVA DE ASSIS - MG160813**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS**  
**GERAIS**

**DECISÃO**

**BRUNO VIEIRA** agrava da decisão que não admitiu o seu recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais** na Apelação n. 1.0079.15.012017-2/001.

Nas razões recursais, a defesa aponta violação dos arts. 156 e 386, VII, do CPP, além de divergência jurisprudencial. Sustenta que não houve justificativa idônea para o indeferimento das solicitações de produção de prova, bem como que não há provas suficientes acerca da participação do recorrente nos crimes que lhe foram imputados.

Requer o provimento do recurso, para que seja acolhida a preliminar de cerceamento de defesa e anulada toda a instrução processual e, subsidiariamente, seja absolvido o recorrente por falta de provas.

A Corte local não admitiu o recurso, o que ensejou a interposição deste agravo.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do recurso.

**Decido.**

O agravo é tempestivo e infirmou os fundamentos da decisão agravada, motivo pelo qual passo à análise do recurso especial.

**I. Indeferimento do pedido de produção de provas**

O Tribunal *a quo* assim fundamentou a irrelevância da produção de provas requerida pela defesa (fls. 318-319):

Sustenta a defesa a ocorrência de nulidade do processo, arguindo, para tanto, cerceamento de defesa, eis que o magistrado *a quo* indeferiu o pleito de realização de perícia datiloscópica na droga, bem ainda negou o pedido de juntada do depoimento do adolescente e dos dados de filmagem da concessionária REAUTO.

Razão não assiste ao recorrente.

Como se depreende das decisões acostadas em fl. 115/116 e 140, o em magistrado *a quo*, **entendendo desnecessárias as diligências, houve por bem indeferir a realização de perícia datiloscópica e o requerimento dos dados da concessionária REAUTO, tendo salientado que as drogas já haviam sido manuseadas por diversas pessoas, bem ainda que não havia notícias de que o sistema de monitoramento da empresa comprovaria a inocência do réu.**

Ora, como sabido, a norma processual agora dispõe que "as provas serão produzidas em uma só audiência, podendo o juiz indeferir as consideradas irrelevantes, impertinentes ou protelatórias" (art. 411, § 2º, do CPP).

Em relação ao depoimento prestado pelo adolescente no Juizado da Infância e Juventude daquela comarca, observo que o mesmo foi requerido pela escritã judicial às fl. 147, porém, não aportou aos autos até o momento.

**Contudo, em que pese não haver sido juntado o depoimento, observo que em sede embrionária, quando ainda crepitantes os fatos, Samuel afirmou que Bruno não tem qualquer envolvimento com o tráfico de drogas (fl. 06), motivo pelo qual não vislumbro qualquer prejuízo à defesa.**

Aliás, cediço que para o reconhecimento de nulidade processual, não basta a mera argüição de prejuízo, devendo a parte, senão, deduzi-lo e comprová-lo.

Nesse contexto, inexistindo, para a defesa, prejuízo com o indeferimento da realização de perícia datiloscópica, de juntada do depoimento do adolescente e dos dados do sistema de imagens da concessionária, rejeito a preliminar.

Pela leitura dos excertos transcritos, depreende-se que o indeferimento da perícia datiloscópica e do requerimento dos dados da concessionária, além da juntada de depoimento, se deu em razão de que as drogas já haviam sido manuseadas por diversas pessoas, além de que não havia notícia de como o monitoramento da empresa comprovaria a

inocência do réu. Salientou-se, ainda, que a juntada do depoimento requerido seria irrelevante, tendo em vista que já havia sido levado em conta o referido relato em sede embrionária.

Quanto ao indeferimento de diligências irrelevantes ao deslinde do caso, este Tribunal superior possui o seguinte entendimento:

[...]

**1. O indeferimento fundamentado da produção de prova irrelevante, impertinente ou protelatória para o julgamento da causa não constitui cerceamento de defesa, mas providência coerente com o devido processo legal e com o princípio da razoável duração do processo, máxime porque o magistrado deve fiscalizar a estratégia processual adotada pelas partes e velar para que a relação processual seja pautada pelo princípio da boa-fé objetiva.**

2. É possível, excepcionalmente, a exclusão de pessoas do rol de testemunhas da defesa (juízas que atuaram no início do inquérito), quando, de forma motivada, foi reconhecida a irrelevância da prova, na medida em que nada sabiam sobre os fatos em apuração e nem sequer conheciam o recorrente.

3. O indeferimento de perícia considerada desnecessária é ato norteado pela discricionariedade regrada do juiz, consoante o disposto no art. 184 do CPP. Ademais, o Juízo de primeiro grau destacou que poderá, "se for o caso, determinar, até de ofício, reprodução de provas úteis à instrução".

4. Consoante a jurisprudência desta Corte Superior, o habeas corpus não comporta reavaliação sobre a pertinência da prova, por demandar exame de fatos, inviável na via estreita.

5. Recurso ordinário não provido.

**(RHC n. 42.890/MA, Rel. Ministro Rogerio Schietti, 6ª T., DJe 22/4/2015, grifei).**

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL DA DECISÃO QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO. HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO. OITIVA DE TESTEMUNHA ARROLADA PELA DEFESA. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. DECISÃO FUNDAMENTADA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

**I - O simples fato de haver requerimento, pela Defesa,**

no sentido de se produzir determinada prova testemunhal não induz necessariamente o deferimento do pleito e, conseqüentemente, "nulidade decorrente de ofensa a garantias fundamentais no âmbito de ação penal", sendo facultado ao juiz deferi-las, ou não, fundamentando seu entendimento de acordo com o princípio do livre convencimento motivado.

**II - É lícito ao juiz o indeferimento da produção de provas que entenda protelatórias ou desnecessárias.**

III - Em se constatando que o Magistrado de origem indeferiu o pedido de oitiva de testemunha, fundamentando a decisão de acordo com as normas processuais vigentes, não há que se falar em constrangimento ilegal.

IV - A via estreita do habeas corpus não é meio adequado para verificação de conveniência ou necessidade de produção de provas, se a avaliação desse juízo de discricionariedade do julgador demanda, como in casu, o cotejo analítico e aprofundado dos elementos fático-probatórios contidos nos autos da ação penal.

Agravo regimental desprovido.

**(AgRg no RHC n. 98.291/PR, Rel. Ministro Felix Fischer, 5ª T., DJe 10/8/2018, destaquei).**

Assim, não identifico nenhuma violação legal no ponto em que, fundamentadamente, foi indeferida a produção de provas tidas como protelatórias ou desnecessárias.

## **II. Absolvição por insuficiência probatória**

De início, quanto à suposta divergência jurisprudencial, não prospera a irresignação. Conforme disposição dos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ, quando o recurso interposto estiver fundado em dissídio pretoriano, deve a parte colacionar aos autos cópia dos acórdãos em que se fundamenta a divergência, bem como realizar o devido cotejo analítico, demonstrando de forma clara e objetiva suposta incompatibilidade de entendimentos e similitude fática entre as demandas, o que não ocorreu na hipótese.

Dessa forma, torna-se inviável conhecer do recurso pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição Federal. Ilustrativamente:

[...] É inviável o recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional quando não realizado o cotejo

analítico e não comprovada a similitude fática entre os arestos trazidos à colação, nos termos dos arts. 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil e 255, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não sendo suficiente para tal desiderato a mera transcrição de ementas. (AgRg nos EDcl no Ag n. 1.407.361/SP, Rel. Ministra Marilza Maynard (Desembargadora Convocada), 5ª T., DJe 30/8/2013)

[...] Não houve o cotejo analítico entre o aresto impugnado e os acórdãos tidos por divergentes, providência necessária, para a demonstração do alegado dissídio jurisprudencial, de acordo com o art. 541, parágrafo único, do CPC e art. 255 do RISTJ. (AgRg nos EDcl no REsp n. 1.370.112/PR, Rel. Ministra Assusete Magalhães, 6ª T., DJe 8/8/2013)

Quanto à alegada violação do art. 386, VII, do CPP, verifico que a Corte local considerou haver **provas suficientes** para a condenação do recorrente pelo crime de tráfico de drogas, pelos fundamentos abaixo delineados:

Busca a defesa a absolvição de seu assistido, argumentando não haver prova suficiente a embasar a condenação.

Sem razão, contudo.

Inicialmente, registro que a materialidade restou positivada pelo auto de apreensão das drogas, de determinada quantia em dinheiro e demais objetos (fl. 31/32) e pelo laudo toxicológico definitivo (fl. 134), o qual concluiu tratar-se das substâncias apreendidas de cocaína e maconha, bem como confirmou o poder de causar dependência desses psicotrópicos.

Por sua vez, a autoria também restou satisfatoriamente comprovada nos autos.

Com efeito, sempre que inquirido, o réu negou a prática delitiva, tendo afirmando, perante a autoridade policial (fl. 08/09), haver sido abordado apenas por estar com uma tornozeleira eletrônica. Em juízo (fl. 150/151), aduziu sequer ter sido informado o motivo de sua prisão, bem ainda não haver sido localizado nada em sua residência.

Entretanto, penso haver, nos autos, provas suficientes a demonstrar a culpabilidade do apelante.

Quando de sua oitiva em juízo, o policial militar Thiago Nicodemos, condutor do flagrante, narrou haver observado movimentação típica do comércio ilícito antes de proceder à abordagem do acusado.

Asseverou, ainda, haver sido localizado, com o réu, drogas, dinheiro e arma de fogo:

[...]

Do mesmo modo, ao ser ouvido em sede embrionária, quando ainda crepitantes os fatos, o militar Alex relatou haver percebido o tráfico de drogas praticado pelo acusado, sendo que, após busca pessoal, foram encontradas drogas, arma de fogo e dinheiro:

[...]

Importante consignar que, sobre os depoimentos dos militares, o Supremo Tribunal Federal já firmou a validade como prova de suas declarações quando convergentes com os demais elementos existentes nos autos:

[...]

Demais disso, os policiais militares, como agentes públicos que passaram pelo crivo do exame de sua condição pessoal para ingresso no serviço público, gozam da presunção de idoneidade moral, sendo, pois, sua versão desejável no processo, salvo se prova em contrário houver da lisura de sua versão.

Por oportuno, ressalto que não se desincumbiu a defesa de trazer para o ventre do processo qualquer prova de que os policiais estivessem mentindo ou de que nutrissem qualquer interesse em prejudicar o réu.

Como já dito, os policiais militares afirmaram, em um só coro, haverem recebido informações sobre o tráfico de drogas na região.

Asseveraram, ainda, haverem realizado monitoramento no local, observando movimentação típica do comércio ilícito, oportunidade em que resolveram abordar os agentes, logrando êxito em encontrar, com o réu, arma de fogo, drogas e dinheiro em espécie.

Ressalte-se, ainda, que, em juízo (fl. 156/157), a testemunha Euler afirmou não haver sido localizado nada com o acusado.

Do mesmo modo, a testemunha Michelle aduziu, na fase judicial (fl. 158), haver sido o réu agredido fisicamente. Todavia, observa-se que nem o próprio acusado alegou haver sido agredido.

A propósito, embora tais testemunhos busquem corroborar a versão do increpado de que não praticava o tráfico de drogas, constata-se que apresentam contradições. Ademais, observa-se não serem para retirar a credibilidade dos depoimentos dos militares.

Noutro giro, destaque-se que pouco importa para a

caracterização do delito previsto no *caput* do art. 33, *caput*, da Lei 11.343/2006 seja o agente surpreendido comercializando as substâncias psicotrópicas.

Ora, para a configuração do aludido crime, de ação múltipla ou conteúdo variado, basta que o agente realize qualquer das condutas descritas no tipo penal que, *in casu*, foi a de trazer consigo, ilegalmente, substância entorpecente.

De todo o exposto, forçoso concluir que o Ministério Público bem se desincumbiu do ônus de comprovar a autoria da prática criminosa descrita na inicial acusatória, carreando, durante a marcha processual, seguros elementos a demonstrara culpabilidade do recorrente.

Portanto, vê-se que não há qualquer dúvida sobre a culpabilidade do réu.

Sendo assim, devidamente demonstradas a materialidade e a autoria do crime de tráfico de drogas, a condenação do apelante como incurso no art. 33 da Lei 11.343/06 é medida que se impõe, eis porque rejeito o pleito absolutório sustentado pela defesa.

Como se observa, as instâncias ordinárias consignaram que os policiais militares realizaram monitoramento no local, observando movimentação típica do comércio ilícito, oportunidade em que resolveram abordar os agentes, logrando êxito em encontrar, com o réu, arma de fogo, drogas e dinheiro em espécie.

Ressaltou, ainda, a Corte local que não se desincumbiu a defesa de trazer qualquer prova de que os policiais estivessem mentindo ou de que nutrissem qualquer interesse em prejudicar o réu.

Por essas razões, mostra-se inviável a sua absolvição, sobretudo em se considerando que, no processo penal, vigora o princípio do livre convencimento motivado, em que é dado ao julgador decidir pela condenação do agente, desde que o faça fundamentadamente, exatamente como verificado nos autos.

Dessa forma, para entender-se pela absolvição do agravante, seria necessário o revolvimento de todo o conjunto fático-probatório produzido nos autos, providência, conforme cediço, vedada em recurso especial, nos termos da **Súmula n. 7 do STJ**.

### **III. Dispositivo**

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "b", parte final, do RISTJ, **conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial (somente em relação à alínea "a" do permissivo constitucional) e, nessa extensão, negar-lhe provimento.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
Relator